

CORREIO SUL

Roberto Zacarias/Secom-SC



Empresas terão de cumprir margem mínima de 50%

SC: aumento de taxas no Porto Seco de Dionísio Cerqueira

Empresas que realizam importações terrestres para Santa Catarina com tratamento tributário diferenciado terão de cumprir margem mínima obrigatória de 50% de desembaraço no Porto Seco de Dionísio Cerqueira (SC) a partir de 9 de junho. O percentual atual é de 30% e a mudança será formalizada por decreto do governador Jorginho Mello (PL) nas próximas semanas. A regra vale para mercadorias com incentivo fiscal vindas de países do Mercosul, exceto Uruguai e Paraguai. O novo decreto também deve retirar da lista de exceções produtos que dependam de autorização da Anvisa ou do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), mantendo apenas o salmão e outras mercadorias de origem vegetal.

PR: escrivão cobrava taxas ilegais

A Promotoria da comarca do Centro-Sul do Paraná denunciou um escrivão e sua esposa (PR) por supostas cobranças indevidas feitas durante 15 anos em um cartório em Palmital. A Justiça determinou o afastamento dos dois por 180 dias e proibiu o contato com testemunhas e o acesso ao setor onde atuavam. Segundo a acusação, houve irregularidades em custas processuais, inclusive em ações com gratuidade judicial e valores prescritos da cidade.

Divulgação/Gabriela Nunes



Projeto da primeira Wikipédia em língua indígena brasileira

UFRGS recebeu encontro indígena

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sediou uma etapa do projeto Wikikaingang, voltado à criação da primeira Wikipédia em língua indígena do Brasil. O encontro reuniu orientadores Kaingang para revisar verbetes, traduzir comandos da plataforma e planejar ações digitais. A iniciativa integra o programa Saberes Indígenas na Escola, do Ministério da Educação, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e da Wikimedia Brasil. Participaram 136 professores de cerca de 100 escolas indígenas.

RS prevê boa safra de morango

Os dias ensolarados favoreceram a produção de morango no Rio Grande do Sul, segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural estadual (Emater/RS-Ascar). As geadas e as baixas temperaturas não afetaram flores nem frutos. Em Caxias do Sul (RS), já há colheita de mudas plantadas entre fevereiro e março. Já em Soledade (RS), a chuva e a nebulosidade prejudicaram áreas.

Acervo

A Cinemateca Capitólio, em Porto Alegre (RS), abrirá amanhã (12) uma campanha para receber materiais fílmicos da população até 12 de junho. Filmes em formatos 8mm, 16mm e 35mm poderão ser entregues no Centro de Documentação e Memória da instituição. A ação busca preservar registros históricos.

Tainha

A temporada de pesca da tainha em Santa Catarina começa na sexta-feira (15) e segue até 31 de julho, com cota de captura de cerca de 1,1 toneladas, 20% a mais que em 2025. O limite estadual da safra anterior foi alcançado em 41 dias. Em Navegantes (SC), cerca de 300 famílias dependem da atividade.

IPVA

No Paraná, 1,16 milhão de contribuintes com parcelas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em aberto terão até esta semana para quitar o tributo. O prazo para o pagamento da quinta e última cota começa hoje (11) e termina na sexta-feira (15), conforme o final da placa.

Dengue

O Rio Grande do Sul registrou uma queda de 97,1% nos casos de dengue em 2026, segundo dados da Secretaria da Saúde. Houve 994 confirmações e uma morte, contra 35,4 mil casos e 32 óbitos no mesmo período de 2025. A redução é atribuída a ações de controle do *Aedes aegypti*, a vacinação de grupos específicos e a condições climáticas.

Frio

Uma massa de ar polar avança por Santa Catarina até terça-feira (12) e provoca queda nas temperaturas em todas as regiões do estado. Segundo a Defesa Civil, o risco é alto para casos de desconforto térmico, hipotermia e agravamento de doenças respiratórias e cardiovasculares. As mínimas podem ficar abaixo de 0°C.

Represa

O Instituto Água e Terra (IAT) do Paraná proibiu por 30 dias a pesca, o consumo de pescado e o uso recreativo da Represa do Capivari, em Campina Grande do Sul (PR). A medida foi tomada após um caminhão perder o controle na BR-116 e cair na represa com carga potencialmente tóxica, acidente ocorrido em 27 de abril.



Caixa liberou FGTS e apoio à reconstrução de imóveis

RS: verba de Auxílio Reconstrução chega a 94%

Governador pediu prorrogação da suspensão da dívida com a União

Cerca de R\$ 90 bilhões do governo federal já foram utilizados pelo Rio Grande do Sul e por municípios gaúchos em ações de reconstrução após as enchentes que atingiram o estado entre abril e maio de 2024. Os recursos foram destinados à recuperação de escolas, unidades de saúde, obras de defesa civil, compra e reforma de imóveis, além de apoio financeiro a empresas afetadas pela tragédia climática.

O montante corresponde a 94% dos valores previstos no programa Auxílio Reconstrução. Em visita a Porto Alegre na última quinta-feira (7), a ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, afirmou que o governo federal trabalha para concluir a execução total dos recursos. “Tem um tantinho ainda não executado que a gente quer terminar. Nós queremos bater a meta de 100%”, declarou.

A ministra participa de reuniões com representantes do governo estadual, prefeitos e órgãos federais para acompanhar o andamento das obras e avaliar a aplicação das verbas liberadas pela União. Segundo Miriam, o objetivo é identificar entraves que ainda dificultam a conclusão dos investimentos, tanto em órgãos federais, como a Caixa Econômica Federal, quanto nas administrações municipais responsáveis pela execução dos projetos.

Além do Auxílio Reconstrução — benefício de R\$ 5,1 mil por parcela única às famí-

lias desalojadas e desabrigadas nas 478 cidades atingidas pelas enchentes — a Caixa também foi responsável pela operacionalização do Saque Calamidade do FGTS.

O banco público ainda atua no financiamento para compra, reforma e reconstrução de imóveis danificados pelas chuvas.

Durante a agenda no estado, Miriam Belchior se reuniu com o governador Eduardo Leite, que solicitou ao governo federal a prorrogação do prazo de suspensão do pagamento da dívida do Rio Grande do Sul com a União. Segundo o governador, a medida permitiria direcionar mais recursos para projetos de irrigação em municípios que agora enfrentam problemas provocados pela estiagem dos rios Jacuí e Sinos, situação que afeta a produção agrícola.

A ministra informou que o pedido será analisado por equipes técnicas da Casa Civil, do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal. “A gente precisa olhar com cuidado para ver o que está sendo proposto e se realmente a situação exige as alterações”, afirmou.

Em 2024, o governo federal autorizou a suspensão do pagamento da dívida do estado com a União por 36 meses, até abril de 2027. A medida também zerou os juros do débito durante o período, gerando um alívio financeiro estimado em R\$ 23 bilhões para os cofres estaduais.